

O PREÇO QUE PAGAMOS PELO 11 DE SETEMBRO

O golpe que o 11 de Setembro acertou nos EUA foi sem precedentes na sua escala e horror. Mas será que é essa a data que merece realmente ser lembrada? Cinco anos depois, está claro que a verdadeira viragem para o mundo se deu sete dias mais tarde.

Artigo de Jonathan Raban publicado no "Independent" .

Despertado pelo som estridente do telefone às 5h58 pelo horário do Pacífico, ouvi a voz de uma amiga dizer: "Ligue a TV!". Grogue de sono, accionei o controle remoto, e a tela se abriu para uma cena de confusão e horror. Eu ainda estava a tentar entender o que estava a acontecer e onde, quando, às 6h03, o segundo avião, atravessando o céu azul sem nuvens, penetrou a carne estranhamente flexível da torre sul, como o arpão farpado de um baleeiro. No próprio momento do impacto, foi possível ver o cone frontal do avião projectar-se ligeiramente para fora do outro lado do arranha-céu.

Nas horas que se seguiram, com a BBC na tela do computador, a CNN na televisão e o telefone a tocar sem parar, senti o mundo a encolher-se à minha volta. Na metade da tarde, Nova York, Londres, Honolulu, Paris e Seattle já se tinham contraído, formando um bairro só, e quando, na manhã seguinte, o "Le Monde" publicou a manchete hoje famosa "SOMOS TODOS AMERICANOS AGORA", o sentimento parecia tão óbvio que mal valia a pena ser expresso. Hoje essa manchete é lembrada apenas como um lembrança amargamente irónica da distância enorme que percorremos nos cinco anos desde aquele dia.

"Desde o 11 de Setembro...", dizemos, como se tivessem sido os ataques que mudaram tudo. O mês está correcto, mas o dia está errado, porque a verdadeira metamorfose nasceu não tanto do que Mohamed Atta e seus co-conspiradores nos fizeram no 11 de Setembro quanto daquilo que nós mesmos nos fizemos desde então -e continuamos a nos fazer hoje, e continuaremos amanhã e no futuro previsível.

No dia 12 de Setembro, ainda em choque, acordamos essencialmente no mesmo mundo no qual vivíamos antes de os telefones terem começado a tocar. O total de mortos -estimado então em mais de 10 mil - era medonho, mas o globo continuou a girar no seu eixo habitual, como faz mesmo após os abalos sísmicos mais devastadores.

Na noite do dia 11, o presidente dos Estados Unidos -que tinha sido visto pela última vez numa escola da Florida, olhando com a expressão vazia para o livro "A Cabra de Estimação" - falou em tom hesitante para as câmaras, lendo um texto à sua frente: "Esses actos de assassinato em massa tiveram por objectivo amedrontar a nossa nação, levando-a ao caos e à retirada, mas não o conseguiram. O nosso país é forte. Um grande povo se comoveu e foi levado a defender uma grande nação".

No dia 14, ele encontrou uma voz e uma personalidade quando visitou os bombeiros e funcionários dos serviços de resgate nos escombros do World Trade Center. Como relatou o

"The Dallas Morning News": "Quando ele subiu sobre os destroços de um camião de bombeiros para falar pelo alto-falante, os trabalhadores começaram a reclamar: "Não conseguimos ouvi-lo, George!"

"Eu posso ouvir vocês", respondeu Bush. "Posso ouvir vocês. O resto do mundo está a ouvir-nos. E, daqui a pouco, as pessoas que derrubaram estes edifícios vão ouvir-nos a todos nós!"

No dia 16, quando Bush falou "desta cruzada, esta guerra ao terrorismo", o discurso alarmante e exagerado provocou arrepios em boa parte do mundo, ao mesmo tempo, talvez, em que instigava a sua base eleitoral cristã fundamentalista, levando-a a pensar em espada e cruz, na libertação dos lugares santos da ocupação muçulmana. Não intencionalmente, pressupõe-se, a frase ecoava a Osama bin Laden, que desde 1998 vinha a chamar os americanos de "cruzados" em repetidos discursos e fatwas.

Mas o dia 18 de Setembro é a data que realmente merece ser grifada. Naquele dia, o Congresso aprovou à pressa uma Autorização de Uso de Força Militar (AUMF) que autorizava o presidente a "usar de toda a força necessária e apropriada" contra "as nações, organizações ou pessoas" que "ele determinar" que foram responsáveis pelas atrocidades do 11 de Setembro, "de modo a impedir quaisquer actos futuros de terrorismo internacional contra os Estados Unidos por tais nações, organizações ou pessoas". A chave é o "tais", a inclusão de nações, organizações ou pessoas "dessa espécie", que cobre muito bem, por exemplo, a invasão do Iraque, a prisão e detenção da maior parte dos prisioneiros hoje encarcerados em Guantanamo, possíveis acções militares futuras contra o Irão ou a Síria e só Deus sabe o que mais.

A AUMF dotou a administração de poderes únicos e amplos. Ela tornou-se a licença que permite ao Executivo desprezar o Congresso e o Judiciário, sempre que os seus actos são questionados ou censurados. No dia 18 de Setembro de 2001, o delicado equilíbrio entre os três Poderes do governo, como explicitado na Constituição americana, foi gravemente abalado. No mesmo dia em que Bush falou da "cruzada" que estava por vir, o vice-presidente Dick Cheney disse como a nova guerra iria funcionar. "Muita coisa do que precisa ser feito aqui terá que ser feito na surdina, sem discussões... É um trabalho sujo, perigoso e feio lá fora, e precisamos operar nessa arena." Então seria trabalho ultra-sigiloso, com a administração a "trabalhar no lado escuro", fora das vistas da população. O sigilo possui a sua própria atracção romântica, e, no clima assustado e abalado em que a América se encontrava naquele mês de Setembro, as pessoas sentiam-se tranquilizadas com a ideia de a Casa Branca operando sigilosamente em prol de todos nós. Praticamente nenhuma voz se elevou para sugerir que uma Presidência sigilosa talvez não fosse inteiramente compatível com os princípios básicos da democracia americana.

A ameaça do terrorismo que ainda estaria por vir proporcionou à Casa Branca uma liberdade irrestrita para agir segundo a sua própria vontade. Essa liberdade presidencial extravagante só pode ser mantida numa democracia enquanto a ameaça é vista pelo eleitorado como não apenas real, mas imediatamente palpável. A quantidade enorme de equipamentos repulsivos que apareceu nas ruas das cidades americanas nos últimos cinco anos serve a um objectivo duplo: supostamente protege-nos contra actos de terrorismo e, ao mesmo tempo, recorda-nos diariamente do perigo.

O mesmo se dá com os exercícios do Departamento de Segurança Interna para preparar "primeiros reactivos" para enfrentar um ataque terrorista. Esses teatros de rua experimentais que custam milhões viajam de cidade em cidade e envolvem actores encharcados de sangue

falso, cambaleando entre veículos capotados, cadáveres com faixas "actor", pneus em chamas, vidro quebrado e o resto do show de horrores.

Dizem que essas medidas chegaram para nos manter em segurança -e para nos meter muito medo. Pois o poder singular da administração actual depende de os americanos continuarem a sentir medo de outro 11 de Setembro -ou algo ainda pior. Cada evento terrorista real - os atentados em Bali, as explosões nos comboios de Madrid, os atentados no metro e num autocarro de Londres, as explosões nos comboios de Mumbai, a revelação da alegada conspiração para derrubar aviões de passageiros em voos transatlânticos - fortalece o presidente em relação aos outros dois Poderes do governo.

A realidade do terrorismo e a ilusão manufacturada do terrorismo hoje fundem-se sem que seja possível enxergar onde termina uma e começa a outra. Os ataques esporádicos lançados por terroristas reais até agora não têm sido suficientes para conservar o eleitorado, que sofre de défice de atenção, sintonizado com a Presidência, de modo que é preciso constantemente convocar fantasmas das profundezas para intensificar o nível de medo e justificar as políticas da administração.

Quando a verdade não é suficiente, a ficção sempre está à mão para suprir o que falta.

Antigamente o termo "os terroristas" se referia à entidade dúbia que é a Al Qaeda. Hoje abrange uma variedade espantosa de vilões designados pelo governo: Hamas, Hizbollah, separatistas da Caxemira, o Taliban, os insurrectos baathistas, os jihadistas sunitas, o Exército Mahdi, os governos do Irão, da Síria, da Coreia do Norte. Assim, Bush multiplica os terroristas e os conta aos milhões. Agora eles nos cercam de todos os lados, e, se não os combatermos fora do nosso país, vamos nos ver um dia enfrentando-os em batalhas nas nossas cidades. Em nenhum lugar a ambição deste governo se manifesta de maneira tão eloquente quanto em Guantanamo. Bush, que nos debates presidenciais de 2000 denunciou a ideia de "construção da nação", construiu em Guantanamo um mini-Estado que não responde a lei alguma excepto às ditadas pela Casa Branca e pelas suas agências militares e de investigação.

Aqui, ao que tudo indica, a linha entre interrogatórios legítimos e tortura já foi ultrapassada. Esse é um mundinho que, em todos seus detalhes discerníveis, constitui o oposto polar dos Estados Unidos como os fundadores da nação a conceberam: não há sistema de fiscalização da acção executiva, não há estatuto de direitos fundamentais, não há nada excepto o exercício sem freios do poder do Executivo.

Espionagem electrónica sem autorização judicial, detenção sem julgamento, a Presidência que age mais em segredo da história, ruptura entre os braços do governo... O terrorismo forneceu o pretexto para tudo isso, mas nada disso decorreu inevitavelmente dos acontecimentos do 11 de Setembro. "Assassinato em massa" foi a primeira reacção do presidente naquele dia de pavor, e, se os jihadistas tivessem continuado a ser tratados como assassinos em massa, os Estados Unidos teriam conservado a simpatia e a cooperação entusiasmada do restante do mundo civilizado. Mas a administração optou por seguir outro caminho, muito mais perigoso, audacioso e solitário.

Cinco anos mais tarde, estamos atolados nos escombros ensanguentados do Iraque (e no caos crescente do Afeganistão). Os Estados Unidos estão cada vez mais isolados dos seus aliados tradicionais. Em casa, os americanos estão mais amargamente divididos do que em qualquer momento desde a Guerra Civil. Uma minoria pequena, mas crescente de

muçulmanos vem dizendo às pesquisas de opinião britânicas que admira os jihadistas. Osama bin Laden continua em liberdade, fazendo transmissões regulares a seus seguidores.

Este é um aniversário tão sombrio que qualquer vislumbre de luz vale a pena ser observado com atenção. Eis um: nunca antes se acreditou tão pouco no discurso presidencial de Bush. Os índices de aprovação do presidente (entre 36% e 38% na semana passada) sugerem que ele está quase reduzido a contar com a aprovação da sua base de seguidores fiéis.

A não ser que os democratas reconquistem a maioria na Câmara e/ou no Senado nas eleições de Novembro, e até lá, o governo Bush provavelmente vai continuar a utilizar as imagens e memórias do 11 de Setembro para reforçar e justificar o enorme aumento de poder que recebeu no 18 de Setembro.

As outras possíveis discórdias que esta Presidência turbocarregada ainda poderá urdir aqui e no mundo maior entre este momento e Janeiro de 2009 são o tema dos pesadelos internacionais.

JONATHAN RABAN escreveu "My Holy War: Dispatches from the Home Front, a collection of post-September 11 essays" (Minha Guerra Santa: Despachos da Frente Interna, uma colectânea de ensaios pós-11 de Setembro), entre outros livros. O seu romance mais recente, "Surveillance" (Vigilância), será lançado na próxima sexta no Reino Unido

Sumário da Home:

O golpe que o 11 de Setembro acertou nos EUA foi sem precedentes na sua escala e horror. Mas será que é essa a data que merece realmente ser lembrada? Cinco anos depois, está claro que a verdadeira viragem para o mundo se deu sete dias mais tarde.

Thumbnail Image:



Main Image:



Dossier:

Dossier 003: 11 de Setembro ^[2]

- [Biblioteca](#)
- [Agenda](#)
- [Jornal Esquerda](#)
- [Blogosfera](#)
- [Comunidade](#)

- Revista Vírus
- Wikifugas
- Ficha Técnica

URL de origem: <http://www.esquerda.net/dossier/estados-unidos-depois-do-119/16599>

Ligações:

[1] <http://www.esquerda.net/file/bushmegafone060910jpg-0>

[2] <http://www.esquerda.net/topics/dossier-003-11-de-setembro>